



Número: **0800876-52.2019.8.20.5100**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Assu**

Última distribuição : **05/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 998,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes                                                    |                    | Procurador/Terceiro vinculado                              |         |
|-----------------------------------------------------------|--------------------|------------------------------------------------------------|---------|
| JUCIVALDO FONSECA DA SILVA (AUTOR)                        |                    | KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)              |         |
| Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU) |                    | LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)                   |         |
| Documentos                                                |                    |                                                            |         |
| Id.                                                       | Data da Assinatura | Documento                                                  | Tipo    |
| 70334887                                                  | 28/06/2021 22:16   | <a href="#">Petição de impugnação</a>                      | Petição |
| 70334888                                                  | 28/06/2021 22:16   | <a href="#">2631313_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</a>    | Petição |
| 70312504                                                  | 28/06/2021 14:05   | <a href="#">manifestação laudo</a>                         | Petição |
| 70312505                                                  | 28/06/2021 14:05   | <a href="#">JUCIVALDO FONSECA DA SILVA. 1ª assu. laudo</a> | Petição |

Petição anexa





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ASSU/RN**

Processo n.º 08008765220198205100

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JUCIVALDO FONSECA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Nota-se que o i. perito utilizou os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidia a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixada o quantum indenizatório.

Assim, requer que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo apresentado pelo EXPERT PERITO.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ASSU, 28 de junho de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RN 980-A**

**LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA**  
**11929 - OAB/RN**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA - 28/06/2021 22:16:09  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21062822160901600000067176098>  
Número do documento: 21062822160901600000067176098

anexo





BALBINS ASSESSORIA JURÍDICA  
Dr. Wamberto Albino Sales  
Dr. Dartwnz Wamberto Barbosa Sales  
Rua Antonio Vieira de Sá, 986  
Aeroporto – Mossoró/RN

AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ASSU, ESTADO DO RIO  
GRANDE DO NORTE.

PROCESSO Nº. 0800876-52.2019.8.20.5100.

JUCIVALDO FONSECA DA SILVA, já devidamente qualificado (a)  
nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA, que move contra demandada, em  
tramite perante este r. Juízo, por intermédio de seu bastante procurador que  
esta subscreve, perante Vossa Excelência, apresentar **MANIFESTAÇÃO**,  
expondo e ao final requerendo:

1. A prova pericial acostada aos autos graduou em as lesões da parte  
autora, em virtude do acidente de trânsito tratado na exordial,  
conforme se segue:

| Segmento anatômico                                                | Marque aqui o percentual |
|-------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| 1º Lesão ( )10% Residual (X)25% Leve ( )50% Média ( )75% Intensa  |                          |
| <b>Cotovelo Esquerdo</b>                                          |                          |
| 2º Lesão ( )10% Residual ( )25% Leve ( )50% Média( )75% Intensa   |                          |
| 3º Lesão ( )10% Residual ( ) 25% Leve ( )50% Média ( )75% Intensa |                          |
| 4º Lesão ( )10% Residual ( )25% Leve ( ) 50% Média ( )75% Intensa |                          |



2. De acordo com a redação trazida pela Lei 11.945/09, faz jus a parte Autora, ser indenizada na quantia de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, considerando a sequela de 25% da capacidade do cotovelo, frisando que a lesão do membro tem teto máximo indenizável de R\$ 3.375,00.

**REQUERIMENTO:**

Pelo Exposto, com fundamento no art. 31, II d Lei 11.945/2009, requer que seja **julgada procedente a presente demanda e condenada a Requerida a pagar a indenização no valor R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, devidamente atualizada desde data do sinistro, e juros de mora a partir do **requerimento administrativo**, acrescido de honorários advocatícios com base no trabalho efetuado por este causídico, o qual requer que seja arbitrado em valor certo, requerendo ainda:

- a) Caso a Seguradora Ré comprove pagamento administrativo em nome da parte Promovente que sejam abatidos do montante devido.

Nestes termos,

Espera e espera deferimento.

Mossoró/RN, em 28 de junho de 2021.

**Wamberto Balbino Sales**  
*Advogado - OAB/PB 6846*

**Kelly Maria Medeiros do Nascimento**  
*Advogada - OAB/RN 7469*

